

Análise da Instituição escolar

Escola Exclusiva/ Inclusiva

1. Introdução

Vivemos numa sociedade marcada por grandes contrastes, se por um lado, falamos de aproximação entre os povos, consideramo-nos habitantes da “Aldeia Global”, somos profundamente adeptos da Solidariedade, a Cidadania é para nós uma realidade, ainda que indefinida, o respeito pela Dignidade da Pessoa Humana é valor intocável, por outro lado a realidade que vivemos e experienciamos é bem diferente, marcada por constantes atentados contra o mais elementar da referida Dignidade Humana, onde a solidariedade, a cidadania, não são senão, por vezes, “letra morta”.

Resta a **esperança** que a **Escola** esteja a preparar uma sociedade Inclusiva e Intercultural.

Mas, conseguirá a Escola realizar a sua tarefa de formação integral dos indivíduos promovendo uma nova Sociedade? É a pergunta com que, alguns de nós, já se debateram e confrontaram.

Sentimos que é preciso mudar, verificamos que as orientações, estratégias que têm até agora servido de modelos, resultam ineficientes e ineficazes criando e produzindo, selecções, exclusões, discriminações.

Foi neste contexto que procurei “olhar” as diferentes concepções de Escola, procurando saber como implementar aquela, que teoricamente, se afigura mais próxima do desejo de todos, a **Escola Inclusiva**. Esta análise, focada também, naquilo que é a minha percepção da nossa Escola.

2. A Escola

Exclusiva e Inclusiva

A ideia de que a educação é só uma, mas multifacetada na sua prática, tem vindo, a ser implementada, baseando-se numa pedagogia centrada na criança. Esta forma de pensar e abordar a prática educativa opõe-se nos seus princípios, à concepção da escola Tradicional, que caracteriza a 1ª década do século XX, que se baseia, como refere Niza (1) , na ideia que todos deviam ser ensinados como se fossem um só, facto que conduz à prática da EXCLUSÃO. O aluno que não se adapta ao ritmo de aprendizagem imposto pelo professor, revelando-se incapaz de progredir e adquirir o que lhe é imposto, poderá e deverá ser excluído. “Em França, já por essa altura Binet e Simon tinham concebido a primeira Escala de Inteligência encomendada para seleccionar os alunos das escolas públicas que não acompanham o ritmo de ensino .”(2) E é este o conceito de Escala, de medida que **excluirá** muitas crianças e jovens do sistema de ensino e que criará a cultura do “Insucesso Escolar” . Digo cultura do “Insucesso Escolar”, pois em torno da realidade exclusão constroem-se não só todas as justificações centradas nas dificuldades dos indivíduos, quer sejam de ordem socio-económica, intelectual, moral, mas também as medidas de compensação, os currículos alternativos, os programas adaptados, reforçando-se deste modo cada vez mais a origem do próprio problema.

A ESCOLA EXCLUSIVA cria, semeia uma sociedade também exclusiva, e esta mesma sociedade privilegia e fomenta a escola exclusiva. “Insucesso escolar, exclusão escolar, são quase sempre indicadores e potenciadores de exclusão social (...)” Peças (3)

Contudo, assiste-se nos anos 60, ao aparecimento de uma nova postura, que procura romper com o ciclo exclusivo, atrás referido. Assiste-se ao florescimento de uma nova concepção e surgem os primeiros conceitos de Escolas Inclusivas. A formalização deste florescimento acontece a 14 de Dezembro de 1960 na Conferência Geral da Organização da Nações Unidas para a Educação que aprova uma convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino.

1- Sérgio Niza – Necessidades Especiais de educação. Da Exclusão à Inclusão na Escola Comum pg.1. In Dossier da Disciplina Análise da Instituição, Isep, 2001

2- Idem pg.1

- 3- Américo Peças – Uma Escola Acolhedora, uma Escola Inclusiva, In Revista Escola Moderna, nº11, 5ª série, 2001, pg.2

Nesta convenção revela-se já a preocupação concreta de não criar discriminação no acesso à educação e à Escola, evocando a Declaração Universal dos Direitos a qual proclama o direito de todos à educação.

No artigo 1º e 5º, da referida Convenção, podemos ler, respectivamente o seguinte : “ (artigo 1º), (...) entende-se por discriminação toda a distinção, exclusão, limitação ou preferência fundada na raça, na cor, no sexo, no idioma, na religião, nas opiniões políticas ou de qualquer outra índole, na origem nacional ou social, na posição económica ou no nascimento, que tenha por finalidade ou por efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento na esfera do ensino (...)” ; “ (artigo 5º) (...) a educação deve atender ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e reforçar o respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais e que deve aumentar a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e o desenvolvimento das actividades das nações unidas para manter a paz”. (4) Da leitura destes artigos podemos vislumbrar e enquadrar os fundamentos daquilo que será a ideia de Escola Inclusiva, e mesmo de Escola Intercultural. Mas, como referi será apenas o florescimento, pois nesta mesma convenção, no artigo 2º, alínea a) e b) encontramos excepções, excepções essas que se referem à manutenção das escolas para alunos do sexo feminino e do sexo masculino, se o Estado assim o entender, ou então a existência de estabelecimentos de ensino diferentes por motivos de ordem religiosa ou linguística.

Mas, a semente está lançada e a ideia de uma Escola para todos é claramente reforçada em 1994 com a Declaração de Salamanca. Nesta Declaração evoca-se novamente o direito à educação de todos os indivíduos, proclama-se o direito da criança a uma educação e a um nível aceitável de aprendizagem, reforçando o direito que cada uma das crianças tem em ser respeitada quanto às suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias , “ que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através da **pedagogia centrada na criança**, capaz de ir ao encontro dessas necessidades”. (5)

4- UNESCO (1960) Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, In Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos da Universidade de S. Paulo.

5- UNESCO(1994) Declaração de Salamanca, Ed. UNESCO, Junho 1994, pg.7

Estamos perante a concepção de uma Escola Inclusiva cujo “ princípio fundamental consiste em todos os alunos aprenderem juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de utilização de recursos de cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.” (6) , lê-se no ponto n.º 7 da Declaração de Salamanca.

Não será difícil concluir que esta nova concepção de escola obriga a uma forma diferente de estar e trabalhar, que haja mudança na perspectiva social, na organização do sistema educativo, na Gestão das Escolas, na formação dos professores para que seja de facto possível promover e alcançar o objectivo nuclear: permitir, na verdadeira acepção da(s) palavra(s), uma Educação para a Cidadania. Só assim, a diferença de todos e cada um de nós matizará verdadeiramente a **Sociedade**, a **Escola** e o **Ensino**.

Mas se esta breve análise permite, ainda que de modo pouco exaustivo, perceber os fundamentos do que é uma Escola Inclusiva, que terá sem dúvida que se constituir como praxis, que poderemos dizer da sua concretização?

3. Uma Escola Inclusiva

A escola n.º 12 de New Brunswik, Canadá, escola da qual Gordon Porter foi Director “ of Student Services”, iniciou no ano de 1985 uma experiência de Escola Inclusiva, onde cada criança foi integrada numa turma, segundo a sua idade, independentemente das suas necessidades ou dificuldades, em suma, não existiam turmas especiais para crianças “diferentes”. O relato desta experiência (7) pareceu-me ser a aplicação de tudo aquilo que seriam as bases ideológicas da Escola Inclusiva.

6- UNESCO(1994) Declaração de Salamanca, Ed. UNESCO, Junho 1994, pg.11

7- Gordon Porter; Julie Stone – The Inclusive School Model: A frame work and key strategies for success, in www.inclusiefonderwijs.nl/conferentie/reader/porter.html

Esta experiência obrigou e implicou a confluência de esforços de todos aqueles que de forma directa ou indirecta estão implicados na Escola e em todo o processo de aprendizagem, Assim sendo caracterizaria, a prática desta escola, em cinco pontos:

- **Criação de apoios e de diferentes suportes para o trabalho** dos professores, baseados nas necessidades dos alunos da Escola. Este apoio passa não só pela criação de materiais de trabalho que permitem uma abordagem de conceitos de forma mais diversificada, facultando a todos os alunos a possibilidade de atingir os objectivos propostos, não tendo que o fazer todos pelo mesmo caminho, mas também pelo apoio, em contexto de aula, do professor de Educação Especial, que colabora, dá assistência e orienta o professor da turma. Não é o aluno que sai, é o professor que vem e apoia no contexto da turma em que o aluno está inserido.
- **Novas Estratégias de Aprendizagem**, baseadas no reconhecimento que os estudantes têm capacidades ou habilidades de aprendizagem diferentes, diferentes talentos e interesses. Os professores deverão, por isso, utilizar estratégias e realizar planos que permitam incluir a diversidade dos alunos. Aos professores é dada formação para aquilo que se denomina “Multi-level instruction” .(8) Esta abordagem dá primordial relevância à determinação dos **objectivos** da aprendizagem, dos **conceitos** que se pretende efectivamente que os alunos adquiram, às **estratégias** pelas quais se vai passar a informação. (9) O método de avaliação, pressupõe que o professor considere que não existe uma única forma para avaliar as aprendizagens, nem que todos os alunos têm que ser avaliados do mesmo modo e com os mesmos instrumentos. A escrita, tem sido até agora, o instrumento em que se baseia toda a avaliação. Não é, segundo esta perspectiva, necessário que o seja, a avaliação dos conteúdos/ conceitos determinados podem ser avaliados pela realização de portfolio, por projecções, diaporamas, etc.

8- J. Collicot, Implementing Multi-Level Instruction: Strategies for classroom teachers, in G.L, 1991

9- Nota: São fundamentais, nesta abordagem, as Taxonomias de Bloom, bem como a perspectiva de trabalho Cooperativo.

- **A formação de professores** é crucial, pois dela depende a aquisição de competências, para que estes possam trabalhar efectivamente de modo diferente. A participação em seminários em cursos de formação, o encontro com psicólogos, terapeutas e pessoal médico, é regular e incentivada pela própria Administração Escolar (Local, Regional), isto sem que os alunos sejam prejudicados pela ausência de professores, pois há sempre um professor substituto.
- Partilhar os problemas e resolvê-los de imediato é objectivo da abordagem denominada “**Susteinde Problem- solving Orientation**”, que reforça a inter-ajuda entre os professores. Em reuniões curtas, mas frequentes, os professores colocam os problemas com que se debatem e formulam **estratégias práticas** para situações **particulares**. Visam-se pois problemas concretos, e para que possam ser resolvidos os professores partilham entre si opiniões e estratégias e se necessário for recorre-se à ajuda de um especialista(professor de ensino especial, psicólogo, terapeuta...)
- Determinar em que consistem os conteúdos e o perfil que se espera que os alunos atinjam, é o resultado de “ **A Comprehensive & Developmental Guidance Program**”. Deste programa fazem parte não só as competências a adquirir em termos de conhecimentos, mas também de competências sociais, dá-se por isso ênfase às relações interpessoais, à capacidade de negociação e resolução de conflitos.

Este forma de conceber a elaboração de programas, está orientada para o desenvolvimento de cada aluno, quer no que diz respeito à elaboração do currículo, quer no que diz respeito ao perfil desejado no campo das competências sociais, pelo que permite lidar com os problemas individuais de cada um dos alunos. Estes programas consideram-nos preventivos e não reactivos, isto é, são programas de formação, mais do que de terapia.

Estes programas envolvem todos os professores e não são considerados programas paralelos, pelo contrário, eles são o(s) Programa(s) da Escola.

Perguntar pelos RESULTADOS desta experiência é falar de sucesso: “The success of our staff and students efforts has been seen again during the last decade. The students who are now included have developed a broader range of socially appropriate behavior.

They have increased their language skills and met academic goals”. (10) Sem dúvida que foram significativos os resultados, e estes não se produziram somente nos alunos com deficiências, mas também em toda a comunidade escolar.

Os alunos com deficiências, geralmente nas escolas exclusivas interagem apenas com os seus pares, revelaram agora serem elementos reconhecidos e participativos não só na comunidade escolar mas também na comunidade em geral. Desenvolveram um comportamento social adequado bem como atingiram os objectivos académicos propostos, chegaram a ultrapassar as expectativas que tinham sido criadas desde o início .

Os alunos sem qualquer deficiência foram também beneficiados com esta prática inclusiva, pois tiveram também acesso a serviços e suportes até então destinados exclusivamente à educação especial. Acabaram por ter também mais atenção dos professores e da administração, atendendo ao modo como se trabalha e se organiza uma escola inclusiva.

Os professores partilharam as suas experiências e foi-lhes pedida a maximização dos seus conhecimentos, e das suas “crenças” na educação, sendo por isso uma parte activa na construção efectiva desta escola.

As próprias famílias reforçaram as conclusões a que a escola tinha chegado. Os pais de crianças com deficiências afirmam que os filhos tornaram-se mais alegres, mais conversadores, mais interessados em fazer e em participar em diferentes actividades, revelando também uma grande motivação e interesse para estar na escola. Os pais de crianças sem deficiências afirmam que os seus filhos se tornaram mais tolerantes e compreensivos face às diferenças dos outros.

Perante os referidos resultados sabemos , sem dúvida, que é possível construir uma Escola Inclusiva. Requer é uma outra forma de estar e de ser na Escola. Não será concerteza uma realidade isenta de problemas, mas representa, concerteza, um caminho para “o sucesso”.

“All the problems have not been solved, but we are encouraged by what has been accomplished thus far” (11)

- 10- Gordon Porter; Julie Stone, – The Inclusive School Model: A frame work ane key strategies for success, in www.inclusiefonderwijs.nl/conferentie/reader/porter.html
- 11- Idem

4. A Nossa Escola

Exclusiva e ou Inclusiva?

Não seria correcto, pois a abordagem realizada até ao momento não foi suficientemente sistemática e objectiva, afirmar que a Escola em Portugal é Exclusiva.

A Constituição da República Portuguesa afirma o Direito de todos à educação e à cultura (12), e a lei de Bases do Sistema Educativo preconiza nos seus Princípios Gerais (artigo 2º, p4)que o sistema educativo deve contribuir para “ o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários ...”, especificando nos Princípios Organizativos (artigo 3º, b) que este sistema tem que contribuir para o pleno “ desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para a reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico”. (13) Da leitura destes princípios orientadores encontrámos a filosofia daquilo que está na base de uma Escola Inclusiva. Contudo, e como reflexão da prática do que é a nossa Escola, são diferentes os sinais:

Continuar-se-ão, porventura a organizar turmas com alunos “repetentes” e turmas de alunos com expectativas mais elevadas e resultados prometedores?

Continuar-se-ão a organizar horários lectivos em que existem intervalos de três horas entre as aulas?

Continuar-se-à a confundir sucesso com dados estatísticos baseados em classificações quantitativas ?

Continuar-se-à a permitir que a escola se demita de uma função integradora e educativa na busca da Cidadania?

Com certeza que mais questões se levantariam, estas são apenas algumas das quais revelam ainda o ambiente que se respira e a filosofia que se vive e pratica na nossa Escola.

Os princípios orientadores ainda não são uma prática efectiva, a Organização das Escolas, os Professores ainda não são elementos verdadeiramente activos ao serviço desta prática Inclusiva.

Existe uma profunda desarticulação entre o que se pretende e o que realmente se realiza, pois não existe um diálogo efectivo entre quem define e entre quem faz.

12- Cf. artigo 164 alínea d) e artigo 167 alínea e) da Constituição República Portuguesa.

13- Lei 46/86 14 de Outubro, 1986, Lei de Bases Sistema Educativo

5. Conclusão

A Escola foi sofrendo ao longo dos tempos diferentes mudanças e alterações, baseando-se estas em diferentes princípios orientadores, princípios estes que condicionam e caracterizam as sociedades do qual fazem parte. Verdade também que a Escola será também um reflexo daquilo que é a sociedade onde está inserida.

Falar de uma Escola Inclusiva pressupõe falar de uma sociedade também ela Inclusiva, facto que parece remeter para o domínio da utopia, pois os sinais que todos os dias chegam até nós revelam discriminação e exclusão, são as guerras, são os fanatismos religiosos, são as imposições económicas...

Talvez seja este o desafio que se coloca a todos nós: promover e construir os alicerces para que a nossa Escola e a nossa sociedade se tornem de facto Inclusivas.

Estamos no início do século XXI, vivemos numa “Aldeia Global”, internautamos na World Wide Web e estamos a nove anos de alcançar a meta: “uma sociedade para todos”⁽¹⁴⁾, uma sociedade Inclusiva e Intercultural.

Estará a Escola a preparar-nos para isso?

14- De acordo com o calendário estabelecido na resolução 45/91 da Assembleia das Nações Unidas, 2010 representa a meta para atingir uma sociedade para todos.

Bibliografia

Collicott ,J. (1991) – Implementing Multi-Level Instruction: Strategies for classroom Teachers, In G.L.

Peças, Américo (2001). Uma Escola Acolhedora, Uma Educação Inclusiva, in Revista Escola Moderna, n.º 11, 5º série, 2001

Porter, Gordon; Richler,D – Changing Canadian Schools: Perspectives on Disability and Inclusion, Tornto Ontario: G. Allan Roehrer Institute. www.calcna.ab.ca

Porter, Gordon; Stone, Julie – The Inclusive Sshool Model: A Framework and Key Strategies for Success, in www.inclusiefonderwijs.nl/conferentie/reader/porter.html.

Sassaki, Romeu K..(1997). Construindo uma Sociedade para todos, WVA, Rio de Janeiro, 1997

UNESCO (1960). Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, In Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos da Universidade de S. Paulo.

UNESCO (1990). Declaração Mundial sobre Educação para Todos. In Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos da Universidade de S. Paulo.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 7-10 Junho. UNESCO 1994.

Índice

1- Introdução	2
2- A Escola. Exclusiva e Inclusiva	3
3- Uma Escola. Inclusiva	5
4- A Nossa Escola. Exclusiva ou Inclusiva?	9
5- Conclusão	10
Bibliografia	11